

HISTÓRIA SOCIAL E MUDANÇA LINGUÍSTICA: SUJEITO PRONOMINAL, CONCORDÂNCIA VERBAL E CONTATOS LINGUÍSTICOS

HISTORIA SOCIAL Y CAMBIO LINGÜÍSTICO: SUJETO PRONOMINAL, CONCORDANCIA
VERBAL Y CONTACTOS LINGÜÍSTICOS

SOCIAL HISTORY AND LINGUISTIC CHANGE: PRONOMINAL SUBJECT, VERB AGREEMENT,
AND LINGUISTIC CONTACTS

Jacson Baldoino Silva^{*}

Silvana Silva de Farias Araújo^{**}

Huda da Silva Santiago^{***}

Universidade Estadual de Feira de Santana

RESUMO: O artigo discute a participação dos contatos linguísticos na mudança do paradigma flexional e na remarcação do Parâmetro do Sujeito Nulo no português brasileiro. Retomamos as análises das atas da *Sociedade Protetora dos Desvalidos* de Oliveira, Soledade e Santos (2009), Baxter (2009), Avelar e Carneiro (2019) e Baxter, Araújo e Figueiredo (2019), para a concordância verbal e nominal; e de Almeida e Carneiro (2009) e Pitombo e Almeida (2019), para a questão do sujeito nulo. Nossa argumentação se contrapõe à visão de Duarte (2019), que minimiza o impacto dos contatos linguísticos, e assume a posição de Lucchesi e Baxter (1993, 1997) e Lucchesi (2009), que indicam traços de processos de crioulização na simplificação morfológica nessa variedade. A pesquisa destaca a necessidade de considerar tanto aspectos estruturais da língua quanto as dinâmicas sociolinguísticas para compreender as mudanças no PB.

PALAVRAS-CHAVE: Mudança Linguística. Português Brasileiro. Contatos Linguísticos. Concordância Verbal. Sujeito Pronominal.

^{*} Doutorando, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), e Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Professor substituto da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XVI, Irecê. E-mail: jacsonsilva@uneb.br.

^{**} Professora Plena do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Doutora em Língua e Cultura e Mestra em Letras e Linguística ambos os títulos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: silvanaaraujo@uefs.br.

^{***} Professora Assistente do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Doutora em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Mestra em Estudos Linguísticos pela UEFS. E-mail: huda_santiago@uefs.br.

RESUMEN: El artículo discute la participación de los contactos lingüísticos en el cambio del paradigma flexivo y en la reconfiguración del Parámetro del Sujeto Nulo en el portugués brasileño (PB). Retomamos los análisis de Oliveira, Soledade y Santos (2009), Baxter (2009), Avelar y Carneiro (2019) y Baxter, Araujo y Figueiredo (2019) para la CV y CN en las actas de la *Sociedad Protectora de los Desvalidos* (SPD) y de Almeida y Carneiro (2009) y Pitombo y Almeida (2019) para la cuestión del sujeto nulo. Nuestra argumentación se contrapone a la visión de Duarte (2019), que minimiza el impacto de los contactos lingüísticos, y asume la posición de Lucchesi y Baxter (1993, 1997) y Lucchesi (2009), quienes indican rastros de procesos de criolización en la simplificación morfológica del PB. La investigación destaca la necesidad de considerar tanto los aspectos estructurales de la lengua como las dinámicas sociolingüísticas para comprender los cambios en el PB.

PALABRAS CLAVE: Cambio Lingüístico. Portugués Brasileño. Contactos Lingüísticos. Concordancia Verbal. Sujeto Pronominal.

ABSTRACT: This article discusses the role of linguistic contact in the shift of the inflectional paradigm and the redefinition of the Null Subject Parameter in Brazilian Portuguese (BP). We revisit the analyses of Oliveira, Soledade, and Santos (2009), Baxter (2009), Avelar and Carneiro (2019), and Baxter, Araujo, and Figueiredo (2019) regarding verbal and nominal agreement in the records of the *Sociedade Protetora dos Desvalidos* (SPD); as well as Almeida and Carneiro (2009) and Pitombo and Almeida (2019) on the null subject issue. Our argument contrasts with Duarte's (2019) perspective, which minimizes the impact of linguistic contact, and aligns with the views of Lucchesi and Baxter (1993, 1997) and Lucchesi (2009), who identify traces of creolization processes in BP's morphological simplification. The study highlights the need to consider both structural aspects of the language and sociolinguistic dynamics to understand changes in BP.

KEYWORDS: Linguistic Change. Brazilian Portuguese. Linguistic Contact. Verbal Agreement. Pronominal Subject.

1 INTRODUÇÃO

Os processos de variação e mudança do português brasileiro (PB) têm sido investigados nas diversas vertentes dos estudos de descrição e análise de línguas, entre eles a Sociolinguística, com pressupostos da Teoria de Princípios e Parâmetros. Muitos desses estudos se interessam pelas dinâmicas de contatos lingüísticos na formação do PB, destacando-se a redução do paradigma flexional verbal e a emergência de estratégias pronominais diferentes da variedade europeia. Contudo, alguns estudos divergem sobre o elemento causador dessas mudanças, principalmente com relação aos contextos sócio-históricos, sendo necessário aprofundar a análise empírica sobre a participação dos contatos lingüísticos nos processos de simplificação morfológica do PB.

A hipótese da participação dos contatos lingüísticos na redução do paradigma flexional é defendida por autores como Baxter e Lucchesi (1993, 1997) e Lucchesi (2009), entre outros – entre os quais nos colocamos em trabalhos anteriores (Silva, 2023; Silva; Almeida, 2023; Silva; Araújo, 2023). Em contraposição, Duarte (2019) relativiza essa questão, argumentando que a redução se deu de maneira independente dos contatos lingüísticos¹. Dessa forma, esse estudo busca contribuir com essa dicotomia teórica, ao retomar as análises sobre a concordância verbal (CV) e nominal (CN), nas atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD) (Baxter, 2009; Oliveira; Soledade; Santos, 2009; Baxter; Araujo; Figueiredo, 2019; Avelar; Carneiro, 2019) com o objetivo de discutir a participação dos contatos lingüísticos na redução do paradigma flexional e, conseqüentemente, na mudança do Parâmetro do Sujeito Nulo (PSN) no PB – objeto de análise aprofundada na tese em curso. Pretendemos, com isso, ressaltar as limitações das fontes históricas disponíveis e propor interpretações que levem em consideração aspectos estruturais da língua e dinâmicas sociais e históricas – sobre essas últimas, recomendamos Silva, Araújo, Santiago (2025), no qual analisamos como as interações sociais e lingüísticas permitem compreender, em perspectiva mais ampla, dinâmicas de variação e mudança lingüística.

¹ Durante o processo de avaliação deste trabalho, a Profª. Maria Eugénia Lammoglia Duarte, em conferência, intitulada "Dois estudos longitudinais: a sintaxe do PE e do PB na produção de dois dramaturgos contemporâneos - Luiz Francisco Rebello (1924–2011) e Millôr Fernandes (1923–2012)", no evento *Sociolinguísticas: variação e interfaces*, que se realizou na Universidade Federal da Paraíba (13 a 15 de outubro de 2025), comentou que precisava rever seu trabalho no que se refere ao elemento social da mudança, principalmente em relação aos contatos lingüísticos. Em texto publicado em 27 de agosto de 2025, também no período de avaliação deste texto, Duarte (2025) se propõe a discutir o papel dos contatos lingüísticos e da história social na constituição e na mudança do PB, sinalizando um redirecionamento importante na reflexão teórica dela. Recomendamos a leitura.

2 ENTRE GRAMÁTICA E SÓCIO-HISTÓRIA NA ANÁLISE DA MUDANÇA

As pesquisas de Duarte (1995, 2018) se dedicaram às variedades urbanas cultas do PB – uma opção de pesquisa da autora, mas também uma limitação dos estudos da época, em razão da ausência de descrição e da existência de amostras, sob a perspectiva da sociolinguística, de comunidades rurais nos primeiros anos de pesquisa da língua em uso no Brasil. Em 2019, ao comentar a relação entre o paradigma flexional “rico” e o sujeito pronominal nulo, a autora se posiciona com relação à hipótese da participação dos contatos linguísticos na redução das desinências verbais do PB, colocando esse elemento sócio-histórico como secundário na alteração do PSN nessa variedade (Duarte, 2019). Porém, o fenômeno de remarcação paramétrica no PB é algo sintático, sendo essa uma das áreas mais difíceis de definir qual a efetiva participação dos contatos linguísticos na mudança dessa estrutura gramatical – como comenta Lucchesi (2009), ao analisar o sujeito pronominal em comunidades afro-brasileiras, na epígrafe desta seção –, devendo-se sempre buscar as raízes do PB para o seu entendimento.

Segundo Duarte (2019), a pressuposição de que a redução do paradigma flexional da variedade brasileira está associada à pronominalização de *a gente* e *você(s)* é invalidada pelas evidências dos trabalhos de Lopes (2002, 2003), para quem a leitura pronominal dessas formas, em contraposição a uma leitura nominal, iniciou-se entre os séculos XVIII e XIX, período no qual, segundo Duarte (2018, 2019), tínhamos ainda um paradigma que distinguia todas as pessoas gramaticais, conforme indica o paradigma 1 (Duarte, 2018). Para Duarte (1995, 2018, 2019), as reduções morfológicas do PB se iniciariam somente no século seguinte, apresentando uma mudança significativa na transição da primeira para a segunda metade do século XX. Sobre esse posicionamento da autora, pode ser consequência da tardia descrição de dados das comunidades afro-brasileiras rurais no Brasil nas quais os efeitos dos contatos são mais perceptíveis.

As primeiras análises empíricas de uma possível criouliização do PB foram feitas na comunidade afro-brasileira de Helvécia, situada no município de Nova Viçosa (Bahia), por Carlota Ferreira (1994), com base em anotações da língua falada na localidade no início da década de 1960, e por Baxter e Lucchesi (1993, 1997). Entretanto, a história dessa comunidade afro-brasileira, situada atualmente no município de Nova Viçosa (Bahia), ainda demanda investigações mais detalhadas quanto à sua formação sociolinguística. Helvécia se originou da antiga *Colônia Leopoldina* no início do século XIX, por volta de 1818 (Ferreira, 1994), formada por imigrantes alemães, suíços e franceses, além de africanos escravizados, que, em 1858, chegaram a ser 10 cativos para 1 colono (Ferreira, 1994) – porcentagem que ultrapassa o limite demográfico de 20% de falantes da língua do superestrato para a formação de um crioulo (Bickerton, 1981; Carneiro; Almeida, 2011; Lucchesi, 2019); os 10% dos colonizadores, falantes de língua de famílias distintas (neolatinas e germânicas) teriam fornecido para os africanos e afrodescendentes escravizados uma gramática do português já como segunda língua. Essa hipótese pode lançar luz sobre a configuração particular dos contatos linguísticos estabelecidos localmente em Helvécia, pois os africanos escravizados na Colônia Leopoldina podem ter tido acesso a variedades de segunda língua utilizadas pelos colonizadores, o que amplia as possibilidades interpretativas acerca da criouliização e da transmissão linguística irregular no local. Contudo, assumimos aqui as análises e descrições de Ferreira (1994), Baxter e Lucchesi (1993, 1997), Silva (2003), Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009) para a comunidade – esperando desdobrar essa discussão em trabalhos posteriores.

Outras importantes descrições sobre as variedades afro-brasileiras – entre as quais também a falada em Helvécia – foram feitas com base em um banco de dados formado na década de 1990 e que foram compiladas em *O português afro-brasileiro* (Lucchesi; Baxter; Ribeiro, 2009). Assim, diante da escassez de amostras de língua falada no final do século XIX e início do XX por comunidades etnicamente marcadas e relativamente isoladas, muitos fenômenos indicativos de uma possível criouliização podem ter se perdido em razão de uma descriouliização rápida experimentada pelas comunidades rurais isoladas em razão dos processos de industrialização e urbanização (Baxter; Lucchesi, 1993, 1997; Lucchesi; Baxter, 2006; Lucchesi; Baxter; Silva, 2009) – Baxter e Lucchesi (1993, 1997) e Ferreira (1994) indicam a existência de um possível crioulo em Helvécia no final do século XIX e início do XX.

Dessa forma, se, para Duarte (2019), nas variedades urbanas cultas, *a gente* e *você(s)* começam a apresentar uma leitura pronominal ainda com um paradigma com muitas formas distintivas, sendo que a simplificação morfológica ocorreu apenas em meados do século XX, para Silva (2003) e Lucchesi, Baxter e Silva (2009), a variedade linguística de Helvécia indica um paradigma flexionado anterior a esse período, principalmente em razão do uso da forma *nós* sem o uso das regras de CV padrão principalmente pelos mais

velhos. Portanto, em algum momento da segunda metade do século XIX, a comunidade apresentou um paradigma verbal totalmente uniformizado, como indica a fala dos moradores de Helvécia, alguns com mais de 100 anos (Silva, 2003; Lucchesi; Baxter; Silva, 2009)². Para Silva (2003) e Lucchesi, Baxter e Silva (2009), a forma *nós*, bem como as marcas padrão de CV, estavam sendo adquiridas pelos mais jovens ao longo da segunda metade do século XX, em razão de um processo de nivelamento linguístico iniciado por influências externas à comunidade.

Apesar dessa evidência, Duarte (2019) assume a posição de que a redução flexional causada pelos intensos contatos linguísticos entre africanos e afrodescendentes no aprendizado do português no Brasil, particularmente a partir da apócope de <s> na segunda pessoa do singular e do ditongo nasal na segunda e terceira pessoas do plural – anteriores à pronominalização de *a gente* e *ocê* –, não produziu “[...] uma redução drástica no paradigma verbal, ao contrário do que tem sido sugerido” (Duarte, 2019, p. 95). Segundo ela, isso foi demonstrado por Almeida e Carneiro (2009) ao investigarem o português aprendido como segunda língua (L2) por africanos por meio das atas da SPD na Bahia. Contudo, essa afirmação, com base nesses documentos, encontra alguns entraves, sobretudo se considerarmos que a principal hipótese e os caminhos de compreensão empírica da participação dos contatos linguísticos na redução do paradigma flexional do PB tomam como base a variedade linguística de comunidades afro-brasileiras relativamente isoladas no interior do país (Baxter; Lucchesi, 1993, 1997; Couto, 1996; Lucchesi, 2003, 2017; Lucchesi; Baxter, 2009; Lucchesi *et al.*, 2009) e não textos escritos por um reduzido grupo de africanos e afro-brasileiros letrados na cidade de Salvador do século XIX.

Portanto, as atas não podem ser conclusivas nesse aspecto, principalmente se levarmos em conta as contradições apresentadas pelos redatores no que se refere à sua competência linguística (Galves, 2019). Para além da significância dessas atas, existem as evidências empíricas do contínuo das variedades populares do PB – e dos crioulos portugueses – que demonstram como os morfemas verbais foram afetados pelos contatos linguísticos e as diferentes formas de transmissão linguística irregular deles decorrentes (Guy, 1981, 1989; Holm, 1987, 2004; Baxter; Lucchesi, 1993, 1997; Couto, 1996; Lucchesi, 2003; Silva, 2003; Lucchesi; Baxter, 2006; Lucchesi; Baxter; Silva, 2009; Lucchesi *et al.*, 2009).

Observando a análise de Lucchesi, Baxter e Silva (2009), percebemos, como comentamos, que o quadro de variação da primeira pessoa do plural não é decorrente, nas variedades populares, da pronominalização de *a gente*, uma vez que essa forma é mais frequente na faixa etária I, enquanto o *nós* se faz presente na fala dos mais velhos, que aplicam menos a regra de CV padrão – <-mos>. A atuação da apócope do <s> é tão notável nas variedades populares que os alomorfes da flexão da primeira pessoa do plural *nós* são marcados apenas pela perda da consonante contrastiva da coda silábica: <-mo> e <-emo>:

(1) Se ‘doce um tomém, a gente **tamo** lá. (HV-04)

(Lucchesi; Baxter; Silva, 2009, p. 362)

(2) a. Nós **fomo** tudo em Helvécia, mas já faz muito tempo... (HV-19)

(Lucchesi; Baxter; Silva, 2009, p. 363)

(3) Aí nós **entramo** pra dentro, aí nós **ficamo** lá, nós **ficamo** lá, aí a pouco ININT aquela... aquela bagunça... é... aqueles meninoado... é home com mulé...(HV-07)

(Lucchesi; Baxter; Silva, 2009, p. 366)

² Ferreira (1994) encontrou informantes que tinham nascido na segunda metade do século XIX. E, na amostra composta na década de 1990 por Alan Baxter e Dante Lucchesi, os participantes da faixa etária 3 podiam ser agrupados em 3 subfaixas: 61 a 80 anos; 81 a 100 anos; acima de 100 anos (Baxter; Lucchesi, 1999; Silva, 2003; Lucchesi; Baxter, 2006).

(4) **Plantemo** tá bonitim, aí agora se num tivé cuidado os bicho vai comé tudo, num fica nada, nada.

(5) Quando nós **cheguemo** aqui tava a fartura de feção de corda animadô e abroba, melância e nós **fiqumo** por aqui e até hoje tamo.

(6) Aí nós **oiemo**.

(Parcero, 2007, p. 106)

Os exemplos de Helvécia, de (1) a (3), e da Fazenda Maracujá³, de (4) a (6), indicam a recorrência dos alomorfes do morfema padrão de CV da primeira pessoa do plural, inclusive com a forma *a gente*. Portanto, a variação na CV presente no PB é principalmente consequência do contato, que teve como resultado uma redução no uso da morfologia flexional do verbo, comum em processos de criouliização (Guy, 1981, 1989; Holm, 1987, 2004; Baxter; Lucchesi, 1993, 1997; Lucchesi, 2007, 2009; Lucchesi; Baxter; Silva, 2009).

Entretanto, por trabalhar apenas com variantes urbanas/cultas, Duarte (1995, 2018, 2019) pode não ter considerado que o processo de ausência das marcas de concordância é anterior ao paradigma 3 (século XX/2), podendo o fenômeno de apócope de <s> – como consequência da aquisição irregular do português pelos africanos e seus descendentes (Lucchesi, 2003, 2007, 2009; Lucchesi; Baxter, 2009; Silva; Almeida, 2023; Silva; Araujo, 2023) – e a variação na aplicação da regra de CV ter motivado o processo de implementação do sujeito pronominal expresso no PB nas variedades populares (Lucchesi; Baxter; Silva, 2009). Portanto, na variedade linguística em uso nas comunidades rurais isoladas, atuam duas gramáticas, sendo uma padrão (não criouliizante) e outra não padrão (criouliizante) (Silva, 2003; Lucchesi; Baxter; Silva, 2009) – posição assumida também por Baxter, Araujo e Figueiredo (2019), para as atas dos afro-brasileiros. Assim, se o falante realiza o sujeito pronominal, de acordo com o princípio de coesão estrutural, diminui a probabilidade da aplicação da regra de CV padrão – e vice-versa. Desse modo, diferentemente de Duarte (2019), Lucchesi e Baxter (2006, p. 197) assumem que “[...] o desenvolvimento da regra *pro-drop* (ou seja, a eliminação normal do sujeito pronominal pela cópia concordante do sujeito na flexão verbal) teria sido inibido devido à fragilidade da flexão verbal”.

Apesar do tipo de escrita formular e formal, o fenômeno de apócope de <s> aparece também nas atas da SPD – que são compostas por textos escritos por africanos e afro-brasileiros e são anteriores ao paradigma 3 (século XX/2), pois se estendem de 1832 a 1894 (Oliveira, 2006; Lobo; Oliveira, 2009; Galves; Lobo, 2019). Nesses textos, foram encontradas supressões dos vocábulos <r>, <l> e <s>, sendo a frequência do último alta no que se refere à concordância nominal (CN) – *meze* por *meses*, *senhori* por *senhores*, *martire* por *mártires* – e verbal – *asinamo* por *asinamos*, *istamo* por *estamos* (Oliveira, 2006; Baxter, 2009; Soledade; Santos, 2009; Avelar; Carneiro, 2019; Baxter; Araújo; Figueiredo, 2019). No caso da CN, a manutenção de uma parte do morfema de plural nos textos dos africanos, como *meze* e *senhori*, indica a existência de concordância com mais de um elemento (Oliveira, 2006; Oliveira; Soledade; Santos, 2009). Essa forma linguística é considerada, por alguns estudos mais recentes, como uma das formas de concordância padrão, já que não há o apagamento total do segmento que marca a concordância; isso pode acontecer também com a CV, como nos exemplos 1 a 6. Portanto, os textos das atas, escritos em meados do século XIX, já apresentavam variações da aplicação da regra de CN e CV semelhantes às encontradas em comunidades rurais da segunda metade do século XX.

A análise de Almeida e Carneiro (2009) evidenciou a preferência pelo sujeito nulo nesses documentos, e, com base nisso, Duarte (2019) defende que os dados do português adquirido como L2 por afrodescendentes não destoam dos adquiridos por brasileiros, demonstrando a pouca relevância dos contatos linguísticos para a remarcação do PSN na variedade brasileira. Entretanto, precisamos considerar que o panorama atual da sociolinguística fornece evidências empíricas suficientes para a relação entre os contatos linguísticos e os processos de variação e mudança da CV, atestados principalmente pelo maior grau de variação da aplicação dessa regra nas comunidades rurais etnicamente marcadas ou não (Silva, 2003; Lucchesi; Baxter; Silva, 2009), podendo esse fenômeno ter motivado a remarcação do PSN no PB (Lucchesi, 2007, 2009; Lucchesi; Baxter, 2006; Silva, 2023; Silva; Almeida, 2023; Silva; Araujo, 2023).

³ Na pesquisa em andamento, analisamos duas amostras: i) cartas produzidas por inábeis ao longo do século XX (Santiago, 2019); ii) entrevistas sociolinguísticas gravadas na comunidade quilombola da Fazenda Maracujá (Parcero, 2007) – por isso, fazemos referência a essa comunidade.

Além dessa evidência empírica, outro dado sociodemográfico precisa ser levado também em consideração. A cidade de Salvador foi um dos centros urbanos do período colonial e imperial, chegando a ser capital da colônia portuguesa, sendo o cultivo da língua aos moldes da metrópole uma manifestação de requinte (Lucchesi; Baxter, 2006; Lucchesi, 2007). Durante o século XIX, período de redação das atas da SPD, menos de 1% da população cativa de Salvador era alfabetizada (Andrade, 1988; Mattoso, 1992) e isso se refletiria na capacidade de ler e escrever dos libertos que fundaram e participaram da SPD, uma vez que os africanos do *corpus* de Almeida e Carneiro (2009) possivelmente se alfabetizaram “[...] na condição, não de escravos, mas de libertos” (Oliveira; Lobo, 2009, p. 28), ou seja, durante muito tempo, estavam no grupo dos 99% que não sabiam ler ou escrever. Acrescente-se a isso a pressão social vivida pelos redatores para se aproximarem da norma padrão da época (Araújo, 2019; Galves, 2019) e teremos um texto que busca refletir o português falado/escrito pelos escolarizados de então, tentando se aproximar ao máximo da norma europeia – tomada como modelo de língua –, principalmente se considerarmos que os africanos que residiam nos centros urbanos eram fortemente influenciados para se moldarem à norma linguística da época, inclusive por reconhecerem as possibilidades de ascensão social a partir desse domínio (Lucchesi; Baxter, 2006; Mattoso, 1992, 2016).

Portanto, os diferentes níveis de letramento presentes nos documentos de Almeida e Carneiro (2009) podem estar por trás, por exemplo, das diferenças percentuais de sujeito nulo entre cada redator, que chegam a atingir, em alguns casos, 23% – considerando os redatores que produziram uma quantidade significativa de dados. Os percentuais de sujeito nulo nas atas da SPD podem estar sendo motivados também pelos altos índices de CV nos textos, que, por sua vez, estão sendo influenciados pela pressão social de uma norma linguística da época e de um gênero textual com uma tradição discursiva consolidada (Araújo, 2019; Galves, 2019; Santiago; Barbosa, 2021). Assim, buscando demonstrar a relação entre a CV e a realização ou não do sujeito pronominal, assumimos a hipótese de que o alto índice de omissão do sujeito pronominal nas atas da SPD é decorrente dos altos percentuais de aplicação da regra CV pelos redatores, e que esses textos não são representativos da língua falada por africanos e afrodescendentes do período. Para demonstrar isso, discutiremos os percentuais de CN (Oliveira; Soledade; Santos, 2009; Avelar; Carneiro, 2019) e CV (Baxter, 2009; Baxter; Araujo e Figueiredo, 2019) nas atas escritas por africanos e afrodescendentes, contrastando, quando possível, com algumas evidências empíricas de comunidades afro-brasileiras documentadas no século XX (Ferreira, 1994; Silva, 2003; Lucchesi; Baxter, 2006; Lucchesi; Baxter; Silva, 2009).

Os dados de Almeida e Carneiro (2009), com relação às ocorrências de sujeito pronominal nulo e realizado, indicaram, no geral, um alto índice de CV nas atas escritas pelos africanos, pois apenas 2/145 ocorrências apresentaram uma divergência entre o traço do verbo e o do sujeito – o pronome de terceira pessoa do plural foi realizada com o morfema Ø. Dessa forma, o alto índice de CV nas atas dos africanos, também demonstrado por Baxter (2009) e Baxter, Araujo e Figueiredo (2019), indicam a existência de um processo de instrução, ainda que informal – se considerarmos a ocupação dos redatores – no processo de aquisição da escrita, o que diminuiria as marcas de contatos linguísticos, principalmente se entendermos, como indicam Oliveira e Lobo (2009), que a escrita tende a refrear os movimentos de variação e mudança.

Além disso, os redatores, reconhecendo a marginalização da sua situação de escreventes, visto que poucos negros eram alfabetizados (Oliveira, 2006; Oliveira; Lobo, 2009), podiam, por meio da aplicação da CN e da CV, tentar se aproximar da norma padrão utilizada pela outra maioria da população (Araújo, 2019; Galves, 2019); inclusive – uma hipótese nossa – utilizando-se de outras atas, escritas por mãos treinadas, como modelo de aprendizagem e de escrita, tendo em vista o grande número de irmandades e sociedades no período colonial e imperial – uma atividade incentivada pelo governo e pelos “senhores” de cativos. Essa hipótese, de certa forma, encontra ressonância na posição de Galves (2019) de que os redatores podem ter adquirido a competência escrita a partir da aprendizagem das partes formulares das atas. A autora assume que a concordância nos textos vai além do fenômeno em si, indicando a capacidade textual e discursiva dos redatores. Em outras palavras, os secretários da SPD dominam o gênero textual ata, redigindo textos dentro dos modelos linguísticos da época, mas apresentam contradições ortográficas e gramaticais básicas, como a dificuldade de processar elementos funcionais, como a não aplicação da regra de CN no primeiro elemento à esquerda – *o senhores sócios*. Nesse caso, Galves (2019, p. 412) comenta que, em alguns textos, parece haver uma “[...] dificuldade em processar a posição do s”.

Entretanto, Santiago e Barbosa (2021) argumentam, ao analisarem textos das atas da SPD e outros escritos por mãos inábeis no século XX, que alguns fatos morfossintáticos precisam ser analisados com cautela, pois podem refletir dificuldades ortográficas básicas, em vez de evidências diretas de fenômenos da língua oral. Para os autores, a variação ortográfica observada, nesses textos,

muitas vezes, sinaliza a incapacidade do redator de representar modelos de escrita padrão da época, o que reforça nossa posição de evitar generalizações conclusivas sobre os dados analisados nas atas. Contudo, a variação da não aplicação da regra de CN no primeiro elemento à esquerda aparece em diversos redatores, indicando que esse fenômeno vai além das limitações de um único redator. Oliveira (2006), analisando as atas, corrobora essa perspectiva, ao indicar que a apócope de <s> “[...] se contam às centenas no *corpus*” (Oliveira, 2006, p. 343), sendo evidenciada tanto em formas fixas, como são os nomes próprios (*Borge; Fernande; Protectora dos Desvalido*), quanto em elementos marcadores de plural (*asinamo; irermo; meze*) (Oliveira, 2006; Avelar; Carneiro, 2019). Portanto, essa coexistência de fenômenos sugere que as causas de ausência de concordância nas atas da SPD podem variar, incluindo tanto variação na aplicação da regra quanto dificuldades escripturais.

Ademais, a hipótese de que a variação ortográfica resulta de uma inabilidade associada à pouca leitura de textos-modelos, conforme argumentam Santiago e Barbosa (2021), merece ser problematizada no contexto das atas da SPD. A constante presença de irmandades religiosas no século XIX desempenhou um papel crucial no processo de letramento de africanos e afrodescendentes (Oliveira, 2006; Mattoso, 2016), podendo ter criado espaços onde a leitura e a escrita de documentos institucionais, como atas, eram práticas comuns. Assim, como temos assumido, é plausível que os redatores da SPD tivessem algum nível de exposição a modelos de escrita da época, sobretudo pelo acesso a textos produzidos por outras irmandades. Essa exposição pode ter sido uma das agências de letramento que contribuíram para a formação escrita desses redatores, mesmo que de maneira não sistemática. Portanto, as características observadas nas atas da SPD resultam de uma interação complexa entre limitações individuais na escripturalidade, práticas de letramento específicas e condicionamentos linguísticos.

Dessa forma, os dados dos redatores da SPD precisam ser vistos como algo relevante para o entendimento da sócio-história do PB, mas não como determinante, principalmente pelo fato de termos poucos textos escritos por africanos durante o período escravocrata, em razão da leitura e da escrita serem práticas ligadas, geralmente, a profissões especializadas, que não eram o principal destino dos africanos e afrodescendentes cativos, libertos e livres da época (Oliveira; Lobo, 2009; Oliveira; Soledade; Santos, 2009; Lobo; Oliveira, 2019; Mattoso, 1992, 2016), bem como da maioria da população (Silva; Araujo; Santiago, 2025). Por exemplo, o próprio fundador da SPD, Manoel Victor Serra, era *ganhador*⁴, profissão exercida por cativos de ganho, africanos e afrodescendentes livres e libertos. Dos cinco redatores das atas analisadas por Almeida e Carneiro (2009), três eram marceneiros, um pedreiro e outro vendedor de toucinho. Geralmente, essas ocupações não tinham como critério a prática da leitura e da escrita, entretanto, ao ampliar a análise para os 15 fundadores da SPD, não se limitando aos escrivães, Lobo e Oliveira (2019) comentam que sete (46,6%) deles sabiam ler, sendo que três ocupavam o ofício de marceneiro, dois de pedreiro, um de ganhador e um de vendedor de toucinho. Dessa forma, a maioria dos fundadores da SPD não tinha a habilidade de leitura e escrita.

Ao analisarem os pedidos de entrada na irmandade, Lobo e Oliveira (2019) indicam que a ocupação dos requerentes a membro da SPD era, quase que predominantemente, em atividades manuais que não exigiam *ser alfabetizado*, pois 227/322 (68,3%) dos candidatos trabalhavam como pedreiro (27,4%), carapina⁵ (18,4%), alfaiate (11,4%) e marceneiro (11,1%). Mattoso (2016), comentando a vida profissional dos cativos no Brasil colonial – que pode se estender ao período imperial do século XIX –, ressalta que a *qualificação* se referia a uma profissão geralmente aprendida, como de barbeiro, músico, pedreiro, costureiro, carpinteiro, que poderia ter sido ensinada pelo seu “senhor”, por um liberto ou livre e até mesmo por outro escravizado. Dessa forma, exercer uma atividade manual qualificada ou semiquilificada não pode ser entendida, no século XIX, como sinônimo de ser letrado, principalmente se considerarmos que uma das ações das irmandades era oferecer caminhos para alfabetização de negros, haja vista as políticas sociais da época que proibiam ou dificultavam o acesso dessas pessoas à escolarização formal (Oliveira; Lobo, 2009; Mattoso, 2016). Lobo e Oliveira (2019) apresentam seis candidatos que se declararam *professor*, mas ressaltam a impossibilidade de relacionar esses casos à cor do requerente – se negros, pardos ou mestiços –, mas que os pedidos deles de ingresso na SPD foram aprovados. No entanto, considere-se a possibilidade de esses não terem recebido instrução formal, tendo aprendido a ler com as diversas agências de letramento da época, como a própria relação de proximidade com o “senhor” (Oliveira, 2006), e se colocado à

⁴ O termo se refere a pessoas que trabalhavam carregando coisas e pessoas em um local denominado *canto do ganho* – região ocupada por negros livres e libertos, no qual vendiam seus trabalhos.

⁵ O termo se refere a trabalhadores que se ocupam em obras de madeira; equivalente a *carpinteiro* (Borba, 2011).

disposição para ensinar os companheiros, tendo em vista a ausência de políticas de alfabetização de africanos e afrodescendentes cativos, livres ou libertos no Brasil no período.

A irregularidade no aprendizado da escrita dos redatores é perceptível nos níveis de escrita, pois, tanto nas atas dos africanos quanto nas dos afro-brasileiros, há representantes dos três níveis de escrita: elementar ou de base, *in usual* e *in pura*⁶ (Oliveira; Lobo, 2009; Oliveira; Soledade; Santos, 2009; Santiago; Barbosa, 2021). Oliveira, Soledade e Santos (2009) comentam que a execução gráfica dos redatores influenciou diretamente a aplicação da regra de CN nos dados, como no caso do africano Luís Teixeira Gomes, classificado como *in pura*, que aplicou a regra de CN em 130/144 (90%) dados; enquanto Manuel da Conceição e Manuel Vítor Serra, de competência elementar, tiveram os menores índices de aplicação da mesma regra: 8/17 (47%) e 18/51 (35%) – respectivamente.

Esses extremos nos percentuais de CN dos redatores aparecem também nos dados de Avelar e Carneiro (2019), que analisaram as atas dos afro-brasileiros: nos textos de Florêncio da Silva Friandes, na década de 1890, 194/199 (97%) sintagmas nominais foram pluralizados; no outro extremo, apenas 9/24 (27%) termos receberam a marca de CN nos textos de Saturnino Rodrigues da Silveira. Entretanto, os autores não discutiram os níveis de escrita desses redatores. Dessa forma, na análise individual dos redatores, percebemos, nos trabalhos que os analisaram separadamente, que nenhum escapou à variação na aplicação da regra de CN (Oliveira; Soledade; Santos, 2009; Avelar; Carneiro, 2019). Além disso, para Galves (2019), o letramento das gerações de afro-brasileiros do final do século XIX se aproxima do apresentado por escolarizados na cidade do Rio de Janeiro entre o final do século XX e início do XXI, mostrando o alto grau de letramento de alguns redatores.

Nos dados de Baxter, Araujo e Figueiredo (2019) para a CV, o comportamento dos redatores atinge extremos, apesar de apenas 1/22 redator não apresentar uma aplicação variável da regra de concordância, pois, em duas atas, apareceu apenas um dado de verbo com sujeito na terceira pessoa do plural no qual a concordância foi realizada. Entretanto, nos outros 21 redatores, o uso da CV ficou entre 93% e 22%, sendo, respectivamente, Florêncio da Silva Friandes – com aplicação em 44/47 dados – e Luciano da Silva Serra – com 6/21 ocorrências. Florêncio da Silva Friandes também atingiu altos índices de CN (Avelar; Carneiro, 2019), o que pode indicar um processo de letramento mais intenso desse redator – no sentido de que vivenciou diversas agências de letramento do período (Oliveira, 2006). Contudo, o requerimento deste indicou que era marceneiro, uma profissão que não exigia um domínio da escrita, mas, mesmo assim, ele é autor de oito atas extensas (Oliveira, 2006), indicando um significativo domínio da escrita, além de, juntamente com Faustino Joaquim Santana Trindade Cisne, ser um dos poucos escreventes que utilizam o artigo com os substantivos *ata* e *assembleia*, conforme Galves (2019) – um contexto sintático-discursivo de determinação.

Comentando construções formulares do tipo *lida a ata* e *lida ata*, Galves (2019) argumenta que, na fala espontânea, a distinção do artigo quase não é feita, em razão do substantivo começar também com a letra *a*, mas, mesmo assim, Florêncio da Silva Friandes e Faustino Joaquim Santana Trindade Cisne usam o artigo, indicando uma análise abstrata da língua por parte dos redatores e um conhecimento da obrigatoriedade, no português padrão, do uso do artigo nesse contexto. Baxter e Lucchesi (1993, 1997) também indicaram um uso reduzido do artigo, em situações típicas, no dialeto de Helvécia, podendo esse comportamento, nessas duas variedades, ser indício dos contatos linguísticos.

Luciano da Silva Serra, apesar de concentrar 283/1.755 (16%) dos dados analisados por Avelar e Carneiro (2019), é o segundo redator com o menor percentual de CN – 91/283 (32%) ocorrências. Esse redator também é o segundo com menor índice de CV nos dados de Baxter, Araujo, Figueiredo (2019), pois realizou CV padrão em 6/27 (22%) ocorrências de verbo na terceira pessoa do plural. Na análise de Galves (2019), esse redator apresenta, em suas 45 atas, um nível incipiente de aprendizagem das regras de CV do português, juntamente com Saturnino Rodrigues da Silveira e Manuel Anastácio Cajueiro, demonstrando dificuldade em segmentar a escrita e apontando novamente para a aquisição irregular do português por parte de africanos e afrodescendentes:

⁶ Se referem ao domínio da escrita dos redatores. O nível *elementar ou de base* se caracteriza, principalmente, por um traçado descuidado, dificuldade em alinhar as letras, utilização de letras maiúsculas no meio das palavras, abreviaturas escassas. No nível intermediário, o *in usual*, o traçado das letras já é mais fluido com relação ao primeiro e há um maior uso de abreviações. As mãos *in pura* já possuem um traçado mais bem executado, com detalhes, no qual se percebe uma maior segurança e tecnicidade na escrita (Petrucci, 1978).

- (7) a. Eu Segundo Secreta/rio qu **a fiz** i acineme. (LSS, 1885)
 b. Eu Segundo Secretario que **afiz** iacineme. (LSS, 1885)
 c. Eu Segundo Secretario/que **a fiz e a cinene**. (LSS, 1885)
 d. Eu Segundo Secretario que **fiz ea cineme**. (LSS, 1886)
 e. Eu Segundo Secretario/qu **a fiz e a Sineme**. (LSS, 1887)

(Galves, 2019, p. 411)

(8) e por ser a Conta dos/Senhores haxo bom *que* vom dar a explicação ientao/sendo explicado a dita Conta **achavas** duas parce-/las iguaes desedisse ter Sido aumento de quem fez a/Conta. (AJB, 1864)

(9) a brio a Seição o dicto *Senhor/ao* meio dia feita a chamada da forma/do Costume, **achavas se** presente 14 Senhores/Socios. (AJB, 1864)

(Galves, 2019, p. 411)

Os exemplos retirados das atas redigidas por Luciano da Silva Serra demonstram as dificuldades na sua escrita. As sentenças em (7), apesar de formulares, apresentam variações na grafia – *cineme*, *cinene* e *Sineme* – e na segmentação das palavras, principalmente dos verbos e dos pronomes clíticos – *iacineme*, *a cinene* e *ea cineme*. A inconsistência nessas formas aponta para uma dificuldade em assimilar padrões de flexão verbal e do uso de pronomes por parte dos redatores, chegando o clítico *se* pós-verbal a aparecer realizado como um *s* simples, semelhante à marca de plural, e apresentando uma duplicação clítica, como nos exemplos (8) e (9) – indicando um nível incipiente de escrita. No que se refere a Luciano da Silva Serra, poderíamos relacionar os problemas gráficos com a ausência de alguma espécie de instrução formal. Entretanto, diferentemente de Florêncio da Silva Friandes, o requerimento de Luciano da Silva Serra não apresenta a sua profissão, mas apenas que era viúvo e tinha uma filha; não nos fornecendo nenhum indício para essa hipótese.

Dessa forma, percebe que os altos índices de CN e CV permanecem vinculados sempre aos mesmos sujeitos nas atas dos afro-brasileiros, indicando distintos processos de letramentos dos redatores e, portanto, os dados desses documentos são representativos – considerando principalmente as pistas das dificuldades de processamento de categorias funcionais expressas por elementos morfológicos, com nos exemplos em (7) –, mas não podem ser generalizadores a ponto das dinâmicas de contatos linguísticos serem colocadas em segundo plano nas mudanças do paradigma flexional do PB.

De forma geral, os dados de CN e CV nas atas dos africanos e afrodescendentes se comportam da seguinte maneira:

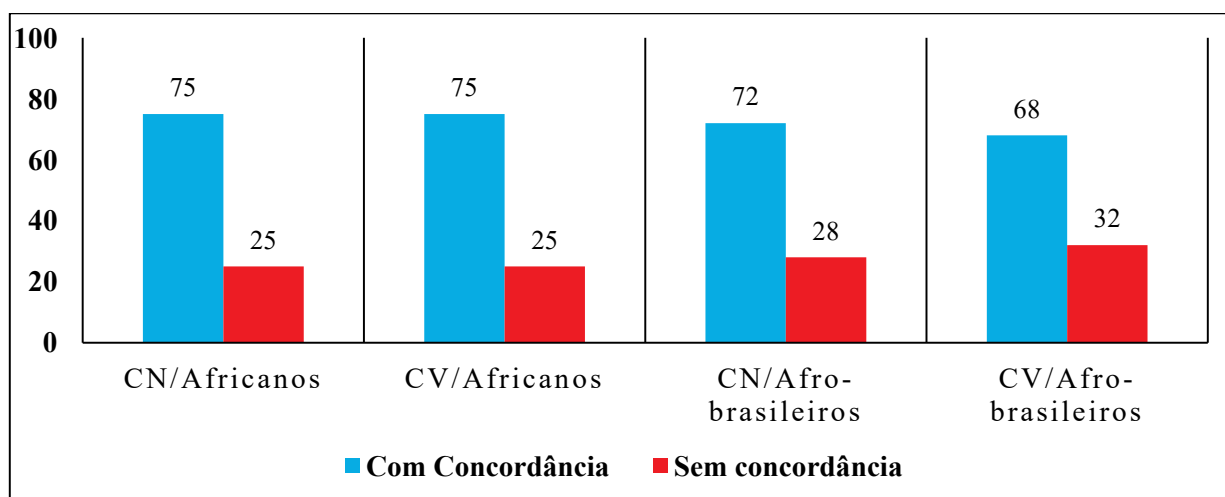


Gráfico 1: Concordância nominal e verbal nas atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos

Fonte: Adaptado a partir de Baxter (2009), Olivera, Soledade e Santos (2009), Avelar e Carneiro (2019) e Baxter, Araujo, Figueiredo (2019).

Esse gráfico demonstra que os percentuais de CN e CV nos textos dos africanos permanecem iguais. Os dados evidenciam que o uso de um tipo de concordância acaba favorecendo o outro: os africanos usaram altos índices de CN e CV, ficando os percentuais em 75%, já nos afro-brasileiros, embora a CN se mantenha num nível próximo (72%), há uma ligeira redução na aplicação da regra da CV (68%) – a diminuição daquela pode ter favorecido esta, mas o percentual é pouco significativo. A leve discrepância entre esses grupos é mais evidente se observarmos os percentuais de não concordância: enquanto 25% das realizações dos africanos apresentam desvios, entre os afro-brasileiros esses índices aumentam para 28% na CN e 32% na CV. Esses resultados sugerem que, embora ambos os grupos apresentem um domínio considerável das regras de concordância, os afro-brasileiros, apesar de escreverem mais – suas atas chegam a atingir quatro páginas, enquanto a dos africanos não ultrapassam uma, indicando maior domínio da língua portuguesa (Oliveira, 2006; Araújo, 2019; Galves, 2019) –, demonstram maior dificuldade em manter a regularidade, especialmente no que diz respeito à CV.

Ao escreverem mais, os redatores afro-brasileiros teriam mais possibilidade de se deixarem influenciar pela língua falada, uma vez que as partes não formulares das atas seriam mais extensas, indicando que, possivelmente, a regra de aplicação da CV era bem mais variável na oralidade do que indicam as atas dos africanos. Por exemplo, se considerarmos os dados de Helvécia (Silva, 2003; Lucchesi; Baxter; Ribeiro, 2009) como os mais próximos da língua falada pelos africanos no final do século XIX que temos, perceberemos uma alteração significativa na CV, inclusive na primeira pessoa do singular, com construções do tipo *eu fala* e *eu falou*, que sustentam empiricamente a hipótese de um paradigma verbal uniformizado na comunidade em algum momento do século XIX (Silva, 2003; Lucchesi; Baxter; Silva, 2009). Alguns dos fenômenos descritos por Silva (2003) e Lucchesi, Baxter e Silva (2009) estavam presentes também na análise de Ferreira (1994), com dados da década de 1960, mostrando que, entre os africanos e afrodescendentes, circulou um português bastante alterado morfologicamente, com indícios fortes de uma crioulição.

Dessa forma, concluída a análise dos percentuais de CN e CV nas atas, observamos que os redatores demonstram um domínio considerável das regras de concordância, mas também comportamentos diferentes no desempenho individual. Diante disso, os percentuais de sujeito nulos são compreensíveis, uma vez que a presença de morfologia verbal nos textos licenciaria a omissão do sujeito pronominal. Essa é a posição de Almeida e Carneiro (2009) que indicam uma gramática de sujeito nulo atuando na língua escrita utilizada no Brasil em meados do século XIX pelos africanos, pois 118/145 (81%) das ocorrências foram de omissão do sujeito pronominal:

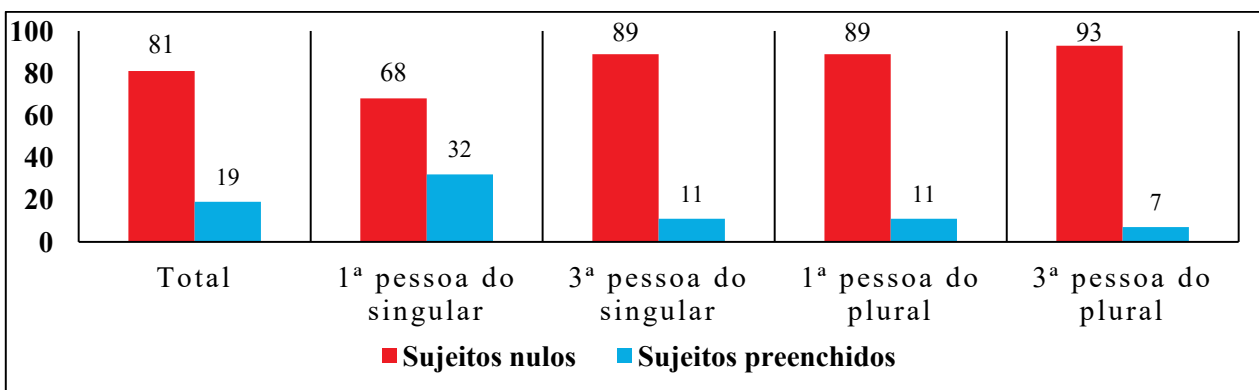


Gráfico 2: Sujeito nulo vs preenchido nas atas dos africanos da Sociedade Protetora dos Desvalidos

Fonte: Adaptado a partir de Almeida e Carneiro (2009).

Os percentuais de Almeida e Carneiro (2009) correspondem a um total de 145 ocorrências nas atas escritas entre 1832 e 1842. De forma geral, a omissão do sujeito pronominal é significativa, sendo, respectivamente: 68% e 89% na primeira pessoa do singular e do plural; 89% e 93% na terceira pessoa do singular e do plural. Em razão da tipologia dos documentos, a segunda pessoa (singular/plural) não tem nenhuma ocorrência nos textos (Almeira; Carneiro, 2009). O percentual total de 81% se aproxima do apresentado por Duarte (2018) para o período de 1845, que foi de 80%, o que pode indicar uma proximidade das atas com um português falado pelos escolarizados da época, evidência da influência do letramento na gramática dos africanos que aprenderam a variedade brasileira como L2 ou, como assume Araújo (2019), da pressão social com relação ao grupo de africanos, possivelmente cativos libertos, que estariam tentando se aproximar do português padrão da época. Galves (2019) corrobora essa posição quando

compreende que o fenômeno da CV nas atas se manifesta além do fenômeno linguístico em si, entendendo que a CV significa uma maior capacidade textual e discursiva dos redatores – como comentamos anteriormente.

Os dados do sujeito nulo nas atas dos africanos permitem perceber o comportamento da variável em questão, mas com a ressalva de não se generalizar para as situações de contatos linguísticos, colocando esse fator sócio-histórico como secundário na remarcação do PSN no PB, principalmente em razão da pouca existência de documentos escritos por africanos no período da escravização (Oliveira; Lobo, 2009) e pelo caráter excepcional de negros letrados no Brasil colonial. Essa ponderação com o uso dos dados é perceptível nos diversos textos que compõem os volumes que analisam as atas da SPD (Lobo; Oliveira, 2009; Galves; Lobo, 2019).

Como indicado, os percentuais de Almeida e Carneiro (2009), para o período entre 1832 e 1842, são próximos aos apresentados por Duarte (2018) para 1845:

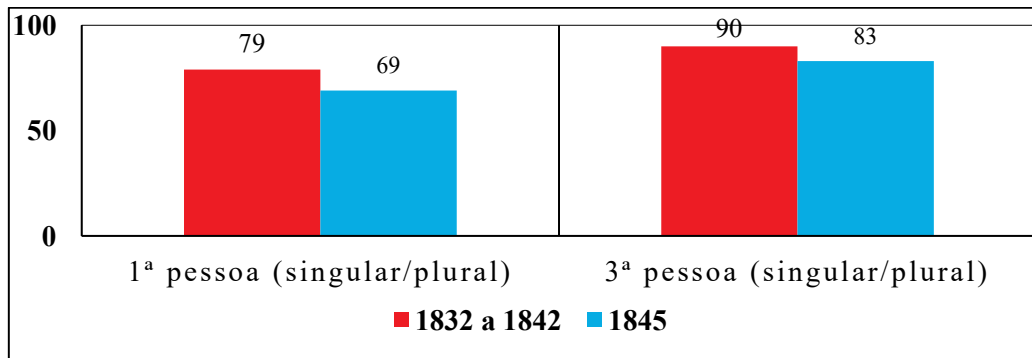


Gráfico 3: Sujeito nulo em textos escritos no período de 1832 a 1845

Fonte: Adaptado a partir de Duarte (2018) e Almeida e Carneiro (2009)

Nas duas pessoas gramaticais desse gráfico, as atas dos africanos superaram o texto das peças de teatro analisadas por Duarte (2018), sendo os 10% da primeira pessoa (singular/plural) o mais significativo. Isso indica que os documentos em questão, possivelmente por serem muito formulares, estão fortemente influenciados por uma norma europeia, não refletindo o português falado por africanos e pelos seus descendentes do período. A questão da não representação do vernáculo de africanos e afrodescendentes pelas atas estudadas por Almeida e Carneiro (2009) pode ser percebida quando comparamos os dados dessas autoras, que são de africanos da SPD, com os analisados por Pitombo e Almeida (2019), de redatores afro-brasileiros⁷, que já possuíam o português falado no Brasil como primeira língua:

⁷ Lobo e Oliveira (2019) analisaram os requerimentos para entrada na SPD, buscando traçar o perfil social dos membros dessa irmandade. Segundo eles, dos 322 requerimentos encontrados, apenas 167 tinham o local de nascimento declarado, sendo que desses, apenas 2 não eram nascidos na Bahia. Diante disso, o adjetivo *afro-brasileiro* poderia ser acrescido de *baiano*, pois a cidade de Salvador era à época conhecida como *Bahia* e contava com uma população, em sua maioria, afrodescendente.

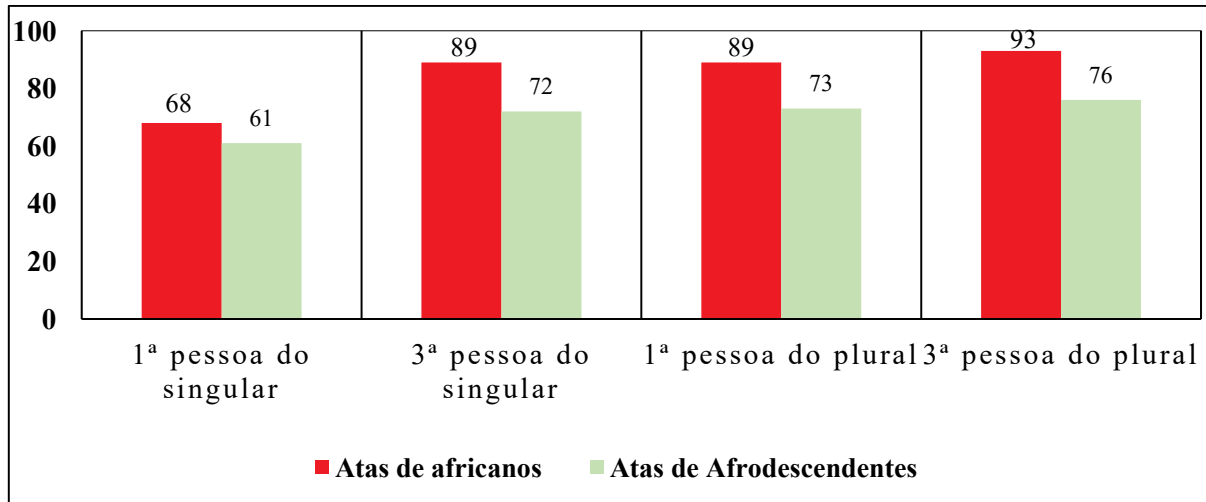


Gráfico 4: Sujeito nulo nas atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos no século XIX

Fonte: Adaptado a partir de Almeida e Carneiro (2009) e Pitombo e Almeida (2019)

Os dados do gráfico oferecem uma nova perspectiva sobre as atas da SPD, pois as diferenças de percentuais revelam diferenças importantes no uso desse fenômeno nas diferentes pessoas gramaticais. O sujeito nulo, característico do português da época, apresenta índices elevados nos dois grupos, porém com variações significativas. Enquanto, nas atas dos africanos, o uso do sujeito nulo é mais frequente, atingindo 93% na terceira pessoa do plural, os afro-brasileiros apresentam um percentual mais modesto, com 76% na mesma pessoa gramatical. Assim, nos percentuais de Pitombo e Almeida (2019), a omissão do sujeito pronominal tem índices menores em relação aos de Almeida e Carneiro (2009), podendo indicar que a língua aprendida como primeira pelos afrodescendentes já começava a apresentar dados de preenchimento pronominal da posição de sujeito, uma vez que, como afirma Duarte (2018), entre a segunda metade do século XIX e o final do século XX, o sujeito pronominal realizado era a opção que se fortalecia entre os brasileiros nativos. Observe-se que, com um maior domínio da língua portuguesa pelos afro-brasileiros (Galves, 2019), os percentuais de sujeitos nulos diminuem com relação às atas dos africanos, sendo esse um forte indicio de que os dados disponíveis para a aquisição dos afrodescendentes apresentavam percentuais mais elevados de preenchimento pronominal, tanto que essa variação apareceu em uma escrita muito formular como as atas.

No gráfico acima, o menor percentual de diferença corresponde à primeira pessoa do singular (7%), favorecendo levemente a realização do pronome na posição de sujeito nos textos dos afro-brasileiros. Nas demais pessoas, os percentuais chegam a ultrapassar 10%: 17% de preenchimento na terceira pessoa do singular e do plural – mesmo esse sendo um contexto de resistência no qual a mudança se implementou de maneira mais lenta (Duarte, 1995, 2018, 2019; Lucchesi, 2009); esse número foi bem próximo na primeira pessoa do plural, 16% a mais de sujeitos realizados. Portanto, a comparação demonstra que, possivelmente, existiam duas gramáticas sendo utilizadas nas atas da SPD, uma na qual a opção pelo sujeito nulo era a preferência e outra na qual o sujeito pronominal realizado começava a se implementar, indicando a emergência de uma gramática com traços brasileiros, principalmente se considerarmos que, diferentemente dos textos dos africanos que se concentram na primeira metade do século XIX, os dados dos redatores afro-brasileiros se estendem até o final desse século (1832-1890).

Analisando a questão formular nos textos e sua relação com a omissão do sujeito pronominal, observamos um fenômeno interessante nas atas dos africanos: ao contrário do que se poderia antecipar, as partes menos formulars apresentam o maior percentual (97%), enquanto as mais formulars o menor, mas, mesmo assim, se mantiveram acima de 70%. Ao contrário dos africanos, os maiores índices de sujeito nulo, nas atas dos afro-brasileiros, estão nas partes mais fixas do gênero ata, reafirmando a posição de que, na segunda metade do século XIX, havia mais dados de sujeito preenchido disponíveis para aquisição do português pelos africanos. A análise de Pitombo e Almeida (2019) apresentou o aspecto mais formular como realmente significativo para a omissão do sujeito, seja pelo percentual de 87%, seja pelo peso relativo (P.R.) de .75, mostrando a alta significância desse fator, contra 63% (.41) das partes menos formulars. Essa última porcentagem parece indicar o início do preenchimento da posição de sujeito no PB nos textos dos afrodescendentes.

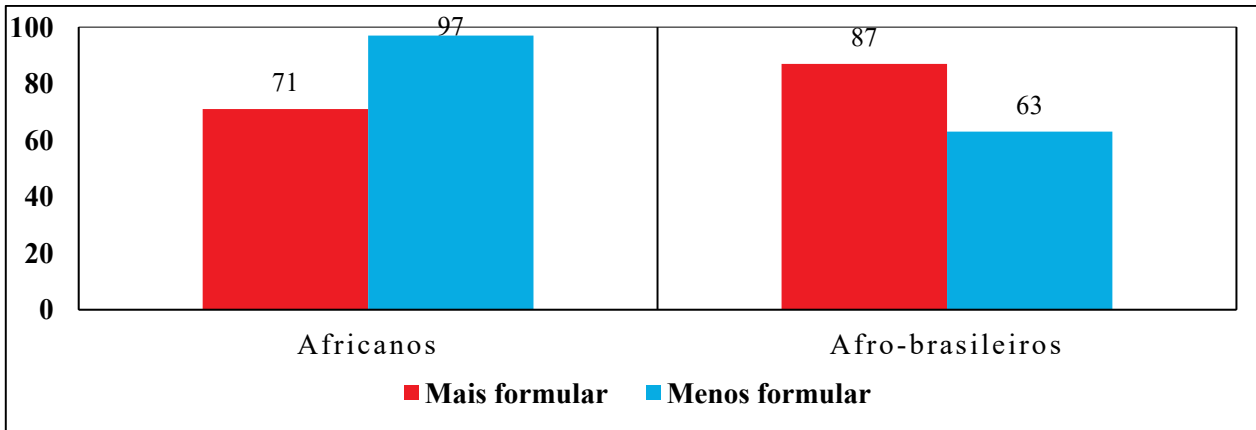


Gráfico 5: Sujeito nulo em partes formulares das atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos

Fonte: Adaptado a partir de Almeida e Carneiro (2009) e Pitombo e Almeida (2019)

Nas atas, a questão de ser formular parece ser decisiva para a omissão ou não do sujeito pronominal. Para Galves (2019), é preciso questionar se nesses textos o que importa é frequência ou distribuição, pois “[...] um secretário mais inábil e que se limita ao uso de fórmulas, pode usar mais sujeitos nulos do que um secretário mais profícuo, prolixo e menos formular” (Galves, 2019, p. 400). Inclusive, Araújo (2009, 2019) comenta sobre a existência de tópicos nulos nas atas como possibilidade usada, principalmente pelos africanos, para se aproximarem da gramática do sujeito nulo da época.

Para Araújo (2009, 2019), as atas oferecem um contexto favorável à realização de tópicos, uma vez que correspondem a informações compartilhadas entre os interlocutores; no entanto, por ser um texto formular, não reflete diretamente a espontaneidade da língua e inibe alguns tipos de construções. Ribeiro (2015), ao comparar os dados de um dos redatores das atas da SPD – Gregório Joaquim de Santana Gomes Ferrão, afro-brasileiro – com os do informante de Helvécia (HV-19, 108 anos), comenta que os dados desse último indicam que, no século XIX, a única possibilidade do sujeito nulo ser licenciado na gramática desse informante é através de um operador nulo ou de um tópico nulo. Portanto, é provável que, assim como acontecia no português falado em Helvécia⁸, o sujeito nulo das atas da SPD seja licenciado por outros mecanismos linguísticos, uma forma dos redatores se aproximarem da gramática padrão do PE (Araújo, 2009, 2019).

No entanto, Araújo (2019) assume que, nas atas, aparecem construções com sujeito nulo e tópico nulo, sendo que a diferença entre elas reside na recuperação do elemento omitido.

(10) respondeo o Socio Cladio nada quis dizer naquela O Cazião para não envergonhar Ø pois Ø chegou até levarme 400 réis de soc-orro. E Ø não me aparecia levando ate 2 mezes *que* Ø la não hia. (AJB.d26.1864)

(Araujo, 2019, p. 306)

No tópico nulo, diferentemente das outras construções, a omissão não é recuperável no contexto imediato do texto, mas apenas num contexto mais amplo, chegando a referência do elemento omitido se encontrar em outras atas. Em (10), as omissões pronominais (Ø) se referem não ao sócio *Cladio*, mas a *Damião Lisboa*. No início da ata, o redator se refere a esse sócio que pegou dinheiro da SPD, mas não devolveu. Após todos os sócios falarem sobre o assunto, ao final da ata, *Cladio* pede a palavra e faz a declaração em (10). Ou seja, o nome de *Damião Lisboa* não aparece no texto nem no contexto imediato, porque faz parte de um conhecimento compartilhado entre os presentes da reunião. Para Araújo (2009, 2019), esse tipo de construção é inovador nos textos

⁸ Com 108 anos, o informante HV-19 nasceu no final da segunda metade do século XIX, adquirindo traços da gramática desse período. Se considerarmos que a emergência de uma gramática genuinamente brasileira (Tarallo, 2018) é marcada entre o final do século XIX e início do XX, esse informante é representativo da competição de gramáticas da qual surgiu o PB.

do período e pode ter sido usada como uma estratégia, decorrente do contato com as línguas dos informantes, para se aproximar de sentenças com sujeito nulo.

Almeida e Carneiro (2009) e Pitombo e Almeida (2019) não mencionam o tópico nulo em suas análises como estratégia de omissão de um operador. Araújo (2011), porém, apresentou uma análise contrastiva das atas com relação às construções de tópico nulo e sujeito nulo, mas, apesar das buscas em base de dados acadêmicos e portais de periódicos, assim como contato via e-mail com a autora e com a Associação Brasileira de Linguística (Abralin) – pois o trabalho foi apresentado no VII Congresso Internacional da Abralin, em 2011 –, não localizamos o texto para se entender o comportamento desses dois fenômenos nas atas – e não há tempo hábil para uma reanálise na atual pesquisa. Apesar disso, o estudo de Araújo (2009, 2019) permite entrever a relação entre língua falada e escrita presente nos textos. Essa relação foi abordada também por Duarte (2018) com relação à frequência de sujeitos nulos que, ao assistir à gravação de uma das peças analisadas – a do ano de 1992 – e comparar a omissão do sujeito pronominal no texto escrito e falado, percebeu a preferência pela realização pronominal na fala. Algo que poderia acontecer também em meados do século XIX, mas para o qual não temos evidências documentais, porque não há registros da língua falada nesse período. No entanto, os menores percentuais nas atas dos afrodescendentes pode ser o indicio disso, como discutimos; e a análise de Lucchesi (2009) indica que em Helvécia o percentual de sujeito nulo era baixo (1.255/4.599 – 27%).

Porém, é peculiar que, mesmo diante de índices elevados de CV, construções de tópico nulo apareçam nas atas da SPD (Araújo, 2009, 2019). Considerando o princípio de que a interpretação desse tipo de construção depende exclusivamente do contexto e não requer nenhum tipo de concordância (Araújo, 2009, 2019), seria esperado que os percentuais altos de CV inibissem a ocorrência de tópicos nulos. No entanto, a persistência dessas construções pode indicar tanto um processo de mudança pronominal no PB quanto a natureza irregular da aprendizagem dos africanos que, ao tentarem reproduzir construções de sujeito nulo, recorriam a estratégias linguísticas oriundas de suas línguas (Araújo, 2019).

Assim, é preciso considerar, ao se fazer bom uso de *maus dados* (Labov, 2008; Mattos; Silva, 2008) – como das atas em questão –, que documentos de sincronias passadas podem não capturar o vernáculo daqueles que o produziram, como adverte a própria Duarte (2019), principalmente em textos com uma estrutura mais formular como as atas e o fato de que, no século XIX, o acesso à escrita e leitura de africanos e afrodescendentes, ainda que livres, era limitado (Mattoso, 1992, 2016; Oliveira, 2006). Portanto, esses textos não indicam o vernáculo, mas uma escrita com uma forte pressão social para se aproximar da norma padrão. Além disso, no Brasil, as atas podem estar sendo influenciadas pela fixação da norma do PE moderno fixada em finais do século XIX, que possivelmente influenciou a norma na colônia (Pagotto, 1998; Duarte, 2019).

Um indicio da diferença fala-escrita do período analisado pode ser encontrado nas quatro ocorrências do pronome *você* nas atas dos afro-brasileiros da segunda metade do século XIX:

(11) **Vosei** fez isto- é por *que* mipidio cem milres emprestado como eu não lidei **vosei** so deseja mi fazel mal é **ivocei** é muito infamio. (JCB, 1890)

(12) O Senhor Teresio <1º.Secretário> reclama do ex thizoureiro/Senhor Siviriano Pedro 3 meses de mencialdadi di-/sua senhora que ele pagou e não foi dis carregando no-/livro que o exthizoureiro disse por que o Senhor não me lembro/ mi e **voçe**i não lembrumi di [man nhzo]. (JCB, 1890)

(Pitombo; Almeida, 2019, p. 269)

Apesar de a tipologia dos documentos não permitir o uso de segunda pessoa, o pronome *você* aparece nas atas categoricamente como sujeito exposto, indicando um possível uso disseminado no português falado pelos afrodescendentes (Pitombo; Almeida, 2019). Para Pitombo e Almeida (2019), na segunda metade do século XIX, a fala de afrodescendentes já apresentava um paradigma flexional reduzido, no qual a segunda e a terceira pessoa do singular já possuíam formas indistintas. Dessa forma, enquanto Duarte (2018) marca a uniformidade da segunda e da terceira pessoa do singular na segunda metade do século XX, Pitombo e Almeida (2019) mostram evidências para uma indistinção anterior a esse período na fala de afrodescendentes, corroborando o que

assumimos neste trabalho: que a simplificação do paradigma pronominal do PB é anterior à segunda metade do século XX (Duarte, 1995, 2018).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos contribuir para a compreensão dos processos sociolinguísticos que moldaram a gramática do PB. Ao integrar dados sócio-históricos e linguísticos, evidenciamos a relevância dos contatos linguísticos e dos processos de Transmissão Linguística Irregular na formação do PB, particularmente no que se refere à redução do paradigma flexional e à remarcação do Parâmetro do Sujeito Nulo na variedade brasileira.

A retomada das análises de Oliveira, Soledade e Santos (2009), Baxter (2009), Avelar e Carneiro (2019) e Baxter, Araujo e Figueiredo (2019) para a CV e CN nas atas da SPD e de Almeida e Carneiro (2009) e Pitombo e Almeida (2019) para a questão do sujeito nulo demonstraram que a mudança do paradigma flexional do PB e do Parâmetro do Sujeito Nulo não pode ser analisada isoladamente, mas deve ser vista como resultado de uma complexa interação de fatores históricos, sociais e linguísticos, conforme defendemos aqui e em trabalhos anteriores (Silva, 2023; Silva; Almeida, 2023; Silva; Araujo, 2023; Silva; Araujo; Santiago, 2025).

AGRADECIMENTOS

O primeiro autor agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) pela bolsa de doutorado – por meio do termo de outorga nº BOL0273/2023 –, ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL), da Universidade do Estado de Feira de Santana (UEFS), e às orientadoras, coautoras deste trabalho, pelo acompanhamento ao longo do desenvolvimento da minha pesquisa de doutoramento, que ainda está em andamento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. L. F.; CARNEIRO, Z. O. N. Sujeito. In: LOBO, T.; OLIVEIRA, K. (org.). *África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 70-89. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/48/pdf/lobo-9788523208882.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2025.

ANDRADE, M. J. S. *A mão de obra escrava em Salvador, 1811-1860*. São Paulo/Brasília: Corrupio/CNPq, 1988.

ARAÚJO, E. Tópico. In: LOBO, T.; OLIVEIRA, K. (org.). *África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 50-69. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/48/pdf/lobo-9788523208882.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2025.

ARAÚJO, E. A topicalização. In: GALVES, C.; LOBO, T. (org.). *O português escrito por afro-brasileiros no século XIX: as atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos*. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 295-336.

AVELAR, J.; CARNEIRO, Z. A concordância nominal. In: GALVES, C.; LOBO, T. (org.). *O português escrito por afro-brasileiros no século XIX: as atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos*. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 91-120.

BAXTER, A. Concordância verbal. In: LOBO, T.; OLIVEIRA, K. (org.). *África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 317-337. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/48/pdf/lobo-9788523208882.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2025.

- BAXTER, A.; ARAUJO, S.; FIGUEIREDO, C. A concordância verbal. In: GALVES, C.; LOBO, T. (org.). *O português escrito por afro-brasileiros no século XIX: as atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos*. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 55-90.
- BAXTER, A.; LUCCHESI, D. Processos de descrioulização no sistema verbal de um dialeto rural brasileiro. *Papia*, Brasília, v. 2, p. 59-71, 1993.
- BAXTER, A.; LUCCHESI, D. A relevância dos processos de pidginização e crioulização na formação da língua portuguesa no Brasil. *Estudos lingüísticos e literários*, Salvador, n. 19, p. 65-84, mar. 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/issue/view/1125>. Acesso em: 10 jan. 2026.
- BAXTER, A.; LUCCHESI, D. Un paso más hacia la definición del pasado criollo del dialecto afro-brasileiro de Helvécia (Bahia). In: ZIMMERMANN, K. (org.). *Lenguas criollas de base lexical española y portuguesa*. Frankfurt am Main: Vervuert, 1999. p. 119-141.
- BICKERTON, D. *Roots of language*. Ann Arbor: Karoma, 1981.
- BORBA, F. S. *Dicionário Unesp do português contemporâneo*. Colaboradores Beatriz Nunes de Oliveira Longo *et al.* Curitiba: Piá, 2011.
- CARNEIRO, Z. de O. N.; ALMEIDA, N. L. F. de. Criação de escolas a partir de critérios demográficos na Bahia do século XIX: uma viagem ao interior. In: NEVES, E. F. (org.). *Sertões da Bahia: formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural*. Salvador: Editora Arcádia, 2011a. p. 525-562.
- COUTO, H. H. *Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.
- DUARTE, M. E. L. *A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro*. 1995, 151f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=492707&tipoMidia=0>. Acesso em: 06 jul. 2025.
- DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no Português Brasileiro. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (org.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica. Homenagem a Fernando Tarallo*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 83-103.
- DUARTE, M. E. L. O sujeito nulo referencial no Português Brasileiro e no Português Europeu. In: GALVES, C.; KATO, M.; ROBERTS, I. (org.). *Português brasileiro: uma segunda viagem diacrônica. Homenagem a Ilza Ribeiro*. Campinas: Editora da Unicamp, 2019. p. 93-126.
- DUARTE, M. E. L. História Social, Contato e Aquisição do Português Brasileiro como L2. **Working Papers em Linguística**, Florianópolis, n. 26, p. 171-203, 2025.
- FERREIRA, C. Remanescentes de um falar crioulo brasileiro. In: FERREIRA, C. *et al.* (org.). *Diversidade do português do Brasil: estudos de dialectologia rural e outros*. Salvador: EDUFBA, 1994. p. 21-32.
- GALVES, C. Posfácio – O que nos dizem as atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos sobre a formação do português brasileiro. In: GALVES, C.; LOBO, T. (org.). *O português escrito por afro-brasileiros no século XIX: as atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos*. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 391-418.
- GALVES, C.; LOBO, T. (org.). *O português escrito por afro-brasileiros no século XIX: as atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos*. Salvador: EDUFBA, 2019.

GUY, G. *Linguistic Variation in Brazilian Portuguese: aspects of Phonology, Syntax and Language History*. 1981. PhD Dissertation. University of Pennsylvania. Ann Arbor: University Microfilms, 1981.

GUY, G. On the nature and origins of Vernácula Brazilian Portuguese. *In: Estudos sobre Español de América y Lingüística Afroamericana*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1989.

HOLM, J. Creole influence on Vernácula Brazilian Portuguese. *In: GILBERT, G. (ed.). Pidgin and Creole Languages*. Honolulu: University of Hawaii Press, 1987. p. 406-429.

HOLM, J. *Languages in contact: the partial restructuring of vernaculars*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.

LOBO, T.; OLIVEIRA, K. (org.). *África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2009. 367p. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/48/pdf/lobo-9788523208882.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2025.

LOBO, T.; OLIVEIRA, K. Os afro-brasileiros da Sociedade Protetora dos Desvalidos. *In: GALVES, C.; LOBO, T. (org.). O português escrito por afro-brasileiros no século XIX: as atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos*. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 21-54.

LOPES, C. R. S. *A inserção de 'a gente' no quadro pronominal do português*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt: Vervuert, 2003. 174p.

LOPES, C. R. S. Vossa mercê > você e vuestra merced > usted: o percurso evolutivo ibérico. *Linguística*, n. 14, p. 173-199, 2002.

LUCCHESI, D. O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil. *In: RONCARATTI, C.; ABRAÇADO, J. (org.). Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 113-141.

LUCCHESI, D. Alterações no quadro dos pronomes pessoais e na aplicação da regra de concordância verbal nas normas culta e popular como evidências da polarização sociolinguística do Brasil e da relevância histórica do contato entre línguas. *Linguística (ALFAL)*, Santiago, v.19, p. 52-87, 2007.

LUCCHESI, D. A realização do sujeito pronominal. *In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 167-183. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/209/4/O%20Portugues%20Afro-Brasileiro.pdf_0. Acesso em: 12 set. 2025

LUCCHESI, D. A periodização da história sociolinguística do Brasil. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, n. 33, v. 2, p. 347-382, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/34369/23622>. Acesso em: 06 jul. 2025.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A. Processos de Crioulização na história sociolinguística do Brasil. *In: CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A.; MATTOS E SILVA, R. V. (org.). Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 163-218.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/209/4/O%20Portugues%20Afro-Brasileiro.pdf_0. Acesso em: 12 set. 2025.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; SILVA, J. A. A. A concordância verbal. *In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 331-371. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/209/4/O%20Portugues%20Afro-Brasileiro.pdf_0. Acesso em: 12 set. 2025.

- LUCCHESI, D. *et al.* O português afro-brasileiro: as comunidades analisadas. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 75-100. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/209/4/O%20Portugues%20Afro-Brasileiro.pdf_0. Acesso em: 12 set. 2025.
- MATTOSO, K. M. Q. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MATTOSO, K. M. Q. *Ser escravo no Brasil: séculos XVI-XIX*. Trad. Sonia Furhmann. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.
- MATTOS E SILVA, R. V. *Caminhos da linguística histórica: “ouvir o inaudível”*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- OLIVEIRA, K. *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico*. 2006, 1144f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/12042/1/Klebson%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2025.
- OLIVEIRA, K.; LOBO, T. Introdução (ou sobre como a África, no Brasil, avista a escrita). In: LOBO, T.; OLIVEIRA, K. (org.). *África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 6-49. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/48/pdf/lobo-9788523208882.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2025.
- OLIVEIRA, K.; SOLEDADE, J.; SANTOS, V. S. Concordância nominal (Cenas da variação em palcos do século XIX). In: LOBO, T.; OLIVEIRA, K. (org.). *África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 255-316. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/48/pdf/lobo-9788523208882.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2025.
- PAGOTTO, E. G. Norma e condescendência: ciência e pureza. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, n. 2, p. 49-68, 1998.
- PARCERO, L. M. J. *Fazenda Maracujá: sua gente, sua língua, suas crenças*. 2007, 213f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=491831&tipoMidia=0>. Acesso em: 06 jul. 2025.
- PETRUCCI, A. Scrittura, alfabetismo ed educazione grafica nella Roma del primo cinquecento. Da um libretto di conti di Maddalena Pizzicarola in Trastevere. *Scrittura e Civiltà*, Roma, n. 3. p. 163-207, 1978.
- PITOMBO, E.; ALMEIDA, N. O sujeito nulo. In: GALVES, C.; LOBO, T. (org.). *O português escrito por afro-brasileiros no século XIX: as atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos*. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 259-292.
- RIBEIRO, I. O sujeito nulo referencial no português popular brasileiro – século XIX. In: RIBEIRO, I. *Ensaio de sintaxe diacrônica do português*. Rerisson Cavalcante de Araújo, Cristina Figueiredo (ed.). Salvador: EDUFBA, 2015. p. 239-261.
- SANTIAGO, H. S. *A escrita por mãos inábeis: uma proposta de caracterização*. 2019, 722f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: https://ppglinc.ufba.br/sites/ppglinc.ufba.br/files/tese_-_huda_santiago.pdf. Acesso em: 10 jan. 2026.
- SANTIAGO, H. S.; BARBOSA, A; G. Aspectos da inabilidade na representação de fatos morfossintáticos: a marcação de plural no sintagma nominal. *A Cor das Letras*, Feira de Santana, v. 22, n. 1, p. 111-136, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/6332>. Acesso em: 06 jul. 2025.
- SILVA, J. A. A. *A concordância verbal no português afro-brasileiro: um estudo sociolinguístico de três comunidades rurais do estado da Bahia*. 2003, 200f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

SILVA, J. B. *Efeitos da mudança sintática na realização do sujeito pronominal no português da comunidade quilombola Mussuca*. 2023, 130f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2023. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/1437>. Acesso em: 10 jan. 2026.

SILVA, J. B.; ALMEIDA, N. L. F. A transmissão linguística irregular como elemento da remarcação paramétrica do sujeito nulo. *Missangas: estudos em literatura e linguística*, Teixeira de Freitas, v. 4, n. 7, p. 51-72, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/missangas/article/view/16995>. Acesso em: 10 jan. 2026.

SILVA, J. B.; ARAUJO, S. S. F. Aquisição de linguagem, contatos linguísticos e remarcação paramétrica no português do Brasil. *Organon*, Porto Alegre, v. 38, n. 76, p. 1-19, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/134603>. Acesso em: 12 jan. 2026.

SILVA, J. B.; ARAUJO, S. S. F.; SANTIAGO, H. S. Interações linguísticas e sociais no interior da Bahia: uma sociolinguística dos sertões. In: MATAREZIO FILHO, E. T.; ARAUJO, S. S. F.; SANTOS, G. (org.). *Cultura e linguagem nos sertões baianos: narrativas afro-indígenas*. Campinas: Pontes Editores, 2025. p. 307-332.

TARALLO, F. Diagnosticando uma Gramática Brasileira: o Português D'Aquém e D'Além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Homenagem a Fernando Tarallo. São Paulo: Contexto, 2018a. p. 55-82.



Recebido em 06/07/2025.

Aceito em 17/09/2025.

Publicada em 15/03/2026.